

Dívida dos estados

Publica

20 DEZ 1991

BRASÍLIA — Uma rebelião de senadores governistas e opositores — à exceção dos do PMDB — criou um impasse no Senado e impediu a votação, ontem, do projeto que refinancia a dívida dos estados e municípios. Unidos, senadores do PFL, PDS, PTB, PDC, PRN e PSDB se sucederam durante horas na tribuna para criticar o projeto, que consideraram inconstitucional por avançar sobre atribuições do Senado. De nada adiantaram os apelos dramáticos feitos pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para que fosse mantido o acordo, feito com o PMDB, para aprovação da rolagem das dívidas antes do ajuste fiscal. Doze dos 60 senadores que haviam assinado o requerimento de urgência urgentíssima para o projeto recuaram, obrigando o líder do PMDB, senador Humberto Lucena (PB), a acionar o presidente do partido, Orestes Quércia, na tentativa de trazer senadores pemedebistas a Brasília.

“O tempo trabalha contra nós”, disse o ministro Passarinho, depois de ficar por mais de três horas no cafezinho do Senado, numa tentativa inútil de convencer senadores governistas a apoiar o acordo. “Se o ajuste não for aprovado este ano, só poderá entrar em vigor em 1993, por causa do princípio da anualidade”, disse, angustiado, o secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellich. Ele, o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, e o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Guimarães, tinham sido convocados por Passarinho para esclarecer as dúvidas dos senadores.

“Esse projeto é um deboche ao Senado. É um prêmio aos caloteiros, que não só deixam de pagar suas dívidas, como nos tentam enfiar projetos goela abaixo”, reagiu o senador Esperidião Amin (PDS-SC). “O Artigo 52 da Constituição estipula, com clareza, que o Senado tem a exclusividade nas decisões relativas aos

JORNAL DO BRASIL esbarra no Senado

limites e condições globais do endividamento dos estados e municípios. Se nós aprovarmos esse projeto, estaremos dizendo à República que estamos aqui de ornamento, estaríamos assinando nosso próprio atestado de óbito”, disse o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), que promete recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) se o Senado aprovar a proposta do governo. Ontem, Fernando Henrique conseguiu impedir a votação apresentado à Mesa do Senado uma questão de ordem em que, arguindo a inconstitucionalidade do projeto, pedia a suspensão de sua tramitação. Até a noite a questão não tinha sido decidida pelo presidente Mauro Benevides (PMDB-CE).

Desde a semana passada, quando começou a ser negociado o acordo entre o PMDB e o governo na Câmara dos Deputados, senadores de vários partidos vêm ocupando a tribuna para protestar contra o atropelamento do Senado. Depois que a matéria foi aprovada na Câ-

mara, o movimento ganhou força, coincidentemente ao mesmo tempo em que senadores do PDS, PFL, PDC, PTB e PRN começavam a articular a formação de um bloco independente, acabando com o atual bloco do governo, liderado por Marco Maciel (PFL-PE). Integrantes desse movimento, os senadores Esperidião Amin, Elcio Álvares (PFL-ES), José Eduardo Vieira (PTB-PR) e Amazonino Mendes (PDC-AM) foram incisivos ontem com Passarinho: o governo fez um acordo com o PMDB sem consultá-los e não havia, portanto, razões para que se sentissem comprometidos.

O diálogo, travado no cafezinho, foi tenso e em vários momentos Passarinho se irritou. “Temos que honrar o acordo com o PMDB”, disse Passarinho. “Ministro, infelizmente, para nós este assunto já está decidido: não apoiamos esse projeto, que atropela o Senado, e não concordamos com a sua aprovação”, avisou Elcio Álvares.